

1
2 Ata da reunião nº 829 do Conselho
3 Universitário da Universidade
4 Estadual de Londrina, realizada no
5 dia 16 de maio de 2025.

6 No dia dezesseis do mês de maio do ano de dois mil e vinte cinco, às
7 oito horas e trinta minutos, na Sala dos Conselhos, reuniu-se
8 extraordinariamente o Conselho Universitário da Universidade
9 Estadual de Londrina, sob a presidência da Reitora, Profa. Marta
10 Regina Gimenez Favaro, com a presença dos seguintes Conselheiros:
11 Inês Cristina de Batista Fonseca, Miguel Belinati Piccirillo, Orlando
12 Mendes Fogaça Junior, Laura Taddei Brandini, Edmilson Lenardão,
13 Alan Salavany Felinto, João Antônio Zequi, Andréa Name Colado
14 Simão, Eloísa Ramos Ribeiro Rodrigues, Luciene Tibery Queiróz
15 Cardoso, Eddy Krueger, Gabriel Veríssimo dos Santos, Eliel Joaquim
16 dos Santos, André Capobianco, Paulo Marcelo Ferrarese Pegino,
17 Ângela Pereira Teixeira Victória Palma, Edméia Aparecida Ribeiro,
18 Marcela Zanetti Corazza, Ayoub Hanna Ayoub, Márcio Antonio Jorge
19 da Silva, Ruberlei Gaino, Carla Delgado de Souza, Marcia Marques
20 Dib, Miguel Etinger de Araújo Junior, Joabe Vieira da Costa, Ivan
21 Jorge Alves, Bruno César Garcia, Luciana Toshie Sumigawa, Anne
22 Ada de Moraes de Souza, Veridiana Carolina da Silva, Zilda
23 Aparecida F. de Andrade, Ana Márcia T. de Carvalho. **Ausências**
24 **justificadas:** Silvia Meletti, Guilherme Lopes, Guilherme Lopes,
25 Paulo Cesar Meletti. **Ausências sem justificativas:** Marselle Nobre
26 de Carvalho, Adilson Luiz Seifert, Patricia de Castro Santos,
27 Guilherme Schiess Cardoso, Joanna Georgios Alexopoulos, Antonio
28 Carlos Mariano, Alyn Roberto A. Batarce, Adriana Alves de Oliveira,
29 David Dequech, Andréa Carvalho Beluce. **I ORDEM DO DIA - 1)**
30 **Processo 23.778.832-0 - deliberar acerca da alteração da**
31 **Resolução C.U. nº 031/2024, excluindo a exigência de frequência**
32 **integral do Ensino Fundamental em instituições públicas**
33 **brasileiras de ensino para ingresso na Universidade, por meio do**
34 **sistema de cotas para estudantes de escolas públicas (Relatores:**
35 **Câmara de Legislação e Recursos e Profa. Sandra Regina de**
36 **Oliveira Garcia (COPS) Prof. Miguel Belinati Piccirillo, presidente da**
37 **Câmara de Legislação e Recursos apresentou o seguinte relato: “A**
38 **CLR reuniu-se em 14 de maio de 2025, em formato remoto, e**
39 **analisou o processo na presença dos conselheiros André**
40 **Capobianco, Edmilson Lenardão, Eloísa Ramos Ribeiro Rodrigues,**
41 **Inês Cristina e Batista Fonseca, Miguel Belinati Piccirillo, Sissi**
42 **Araújo Vigano e Vander Luiz Mariano. A CLR entendeu que o**

1 processo está apto para ser analisado no mérito, com as fases
2 regimentais respeitadas. A Câmara optou por indicar a importância
3 da participação da comissão de acompanhamento e avaliação da
4 política de cotas da Universidade Estadual de Londrina, ressaltando
5 que é uma indicação e não um condicionante.” Após, a reitora
6 profa. Marta destacou informações apresentadas na reunião
7 anterior, onde a proposta de assinatura da resolução “*ad*
8 *referendum*” foi debatida, e optou-se por um debate ampliado em
9 reunião do conselho; explicou que a motivação da alteração
10 regulamentar está na necessidade de ampliar a possibilidade de
11 ocupação das vagas da universidade. Há uma hipótese de que a
12 exigência do ensino fundamental esteja prejudicando esse
13 processo. A proposta visa exigir apenas a comprovação do ensino
14 médio em escolas públicas; apresentou dados de vagas
15 remanescentes do vestibular: 2022: 391 vagas, 2023: 516 vagas
16 2024: 447 vagas e 2025: 489 vagas; informou que a universidade
17 possui 3.180 vagas iniciais (vestibular, SISU, Prova Paraná), com
18 vagas migradas entre os processos para tentar ocupação;
19 Apresentou dados de vagas ociosas após todas as modalidades de
20 ingresso, incluindo o PDCS (portador de diploma), que ocorre
21 tardiamente no ano letivo: 2022: 141 vagas desocupadas, 2023:
22 295 vagas desocupadas, 2024: 285 vagas desocupadas e 2025:
23 200 vagas desocupadas; mencionou a disparidade de regulação
24 com o Aprova Paraná, que exige comprovação de ensino médio em
25 escola pública em seu edital, mas a universidade atualmente cobra
26 fundamental e médio de seus ingressantes. Relatou uma ação
27 judicial recente de uma estudante de medicina aprovada pelo
28 Aprova Paraná, que teve a matrícula cancelada por não comprovar
29 o ensino fundamental. A estudante obteve ganho de causa na
30 justiça e foi matriculada. Destacou a situação de estudantes da
31 Educação de Jovens e Adultos (EJA) que, ao fazerem exames de
32 equivalência para o ensino médio, não conseguem comprovar o
33 ensino fundamental, levando a cancelamentos ou impossibilidade
34 de participação na cota de escola pública. O governo não obriga a
35 comprovação do ensino fundamental para o supletivo de ensino
36 médio. Profa. Sandra, coordenadora da Cops apresentou dados
37 sobre a migração de estudantes entre as cotas e para a ampla
38 concorrência: 50 candidatos PCB (Pessoas com Deficiência), 37
39 convocados, 13 vagas remanescentes para universal, 82 inscrições
40 para negros independentes de percurso, 115 convocados
41 (indicando migração de vagas), 269 vagas para negros de escola
42 pública, 129 convocados, 874 candidatos aptos para escola

1 pública, 620 convocados, 1272 vagas universais, 1641 convocados,
2 com migração mais expressiva, mencionou um "dado invisível" de
3 candidatos de escola pública que, por terem notas altas, ocupam
4 vagas na ampla concorrência. Após, a reitora profa. Marta colocou
5 em discussão. Conselheira Inês questionou a falta de dados sobre
6 os impactos da mudança e a igualdade de condições para alunos
7 integralmente da escola pública versus aqueles que cursaram parte
8 no ensino privado; ressaltou a mudança sem dados suficientes e a
9 justificativa de que "outros fazem". Ressaltou que a alteração
10 impactaria cursos concorridos, não aqueles com vagas sobrando.
11 Reitora profa. Marta esclareceu que a resolução da universidade se
12 aplica a todos, incluindo egressos do Aprova Paraná, que ainda
13 precisam comprovar fundamental e médio. Reafirmou que a ação
14 judicial é uma das motivações para a alteração e que a mudança
15 do vestibular é responsabilidade do CEPE, amplamente discutida e
16 aprovada como oportuna. A universidade está intensificando
17 divulgação e revisão de cursos para preencher vagas. Profa. Maria
18 Elisa esclareceu que os questionários socioeconômicos completos
19 são apenas para alunos do vestibular, não para remanescentes ou
20 Prova Paraná, dificultando a obtenção de dados completos.
21 Conselheiro Joabe Considerou as motivações do processo "muito
22 vagas", questionando o que significa "muitos estudantes" e a falta
23 de citação de universidades renomadas como parâmetro. Defendeu
24 que a universidade deve ser protagonista, não seguir outras.
25 Expressou preocupação de que a flexibilização seja uma "porta
26 aberta" para futuras reduções de exigências. Conselheiro Eliel
27 focou no mérito da inclusão social, pedindo clareza para não
28 cometer injustiças. Solicitou uma discussão mais ampla e que a
29 decisão não fosse tomada na presente reunião, devido à
30 complexidade do assunto e à falta de tempo hábil para deliberação.
31 A Conselheira Ângela Palma, ressaltou que a pesquisa foi a partir
32 do projeto: "Paradigma do perfil dos estudantes de Graduação: uma
33 pesquisa em rede sobre o ingresso, a permanência e o egresso do
34 Sistema Estadual de Ensino Superior no Paraná". Disse que o
35 relatório foi apresentado em Ponta Grossa nos dias 13 e 14 de
36 maio, para a SETI de uma das fases do projeto 'evasão' e entre
37 muitas variáveis pesquisados foi colocado os seguintes dados: de
38 2010 a 2022 foi encontrado para os ingressantes no vestibular o
39 percentual de evasão é 28,1%; os ingressantes de vagas
40 remanescentes 56,5%; os ingressantes pelo SISU a evasão é de
41 34,8%. Destacou que outro dado apresentado pela profa. Ângela, a
42 partir do resultado da pesquisa, foi sobre a evasão de acordo com a

1 cota de ingresso entre 2010 a 2022 é que a análise comparativa
2 das taxas revela uma tendência importante, estudantes cotistas
3 apresentam uma taxa de evasão inferior à taxa dos ingressantes
4 por ampla concorrência, não cota/vagas não cotas 36,2% e
5 cotistas/vaga cota 30,1%. Conselheiro João Zequi elogiou os dados
6 da Professora Ângela; apresentou dados do Censo da Educação
7 Superior (MEC) sobre a baixa ascensão de estudantes de cor preta
8 e indígena ao ensino superior; citou a baixa ocupação de vagas
9 remanescentes em instituições federais e estaduais como problema
10 amplo. Argumentou que a universidade enfrenta ações judiciais de
11 estudantes do EJA que não conseguem comprovar o fundamental.
12 Mencionou que 90% das universidades federais exigem apenas o
13 ensino médio para cotas e questionou por que a UEL deveria ser
14 diferente; defendeu a inclusão, a partir da comprovação apenas do
15 ensino médio. A conselheira Laura concordou com a necessidade
16 de dados, mas valorizou as explicações da Reitora e da Professora
17 Ângela; disse que como diretora de centro com cursos de baixa
18 procura, considerou a exigência atual mais uma "trava"; defendeu a
19 eliminação dessa trava, pois mesmo um pequeno aumento de
20 alunos (5, 8, 10) pode mudar a realidade dos cursos de baixa
21 procura, fortalecendo a universidade; afirmou que a "força e
22 resistência" da universidade reside em "salas de aula cheias". Dra.
23 Ariela assessora da Procuradoria Jurídica), contextualizou a política
24 de cotas da UEL (criada em 2005) e a necessidade de atualização,
25 considerando a Lei Federal de Cotas de 2012, que foca no ensino
26 médio para ingresso em universidades federais. Mencionou que
27 universidades renomadas como UFPR, UFMG e USP (FUVEST
28 2024) adotam o critério do ensino médio. Citou um julgado do TRF
29 (região da UEL) que, baseado no princípio da razoabilidade,
30 concedeu direito a cotas a um aluno com parte do ensino médio em
31 escola particular. Questionou se os critérios da UEL são razoáveis
32 e se estão realmente promovendo inclusão ou excluindo camadas
33 vulneráveis (como o EJA). Conselheiro Miguel Piccirilo concordou
34 com a necessidade de dados, que foram supridos pela Professora
35 Ângela; sugeriu que a universidade observe datas de vestibulares
36 como FUVEST para ampliar o número de candidatos. Argumentou
37 que a proposta gera inclusão e justiça social, ampliando o acesso,
38 especialmente para estudantes do EJA, e que cotistas têm melhor
39 permanência; declarou-se favorável. Conselheiro Bruno expressou
40 angústia pela falta de dados palpáveis previamente, dificultando a
41 análise; questionou se a alteração por si só resolveria o problema
42 das vagas ociosas, sugerindo que outras políticas afirmativas de

1 inclusão poderiam ser debatidas. Reitora, profa. Marta reforçou que
2 a proposta, embora não seja a "tábua de salvação", é um dos
3 vários movimentos da universidade para aumentar o número de
4 estudantes, incluindo alterações no vestibular (como redução da
5 nota mínima), adesão ao Aprova Paraná, revisão curricular,
6 divulgação e programas de permanência. Explicou que a mudança
7 proposta não altera o sistema de cotas, mas sim a exigência
8 documental para acesso a uma delas. Conselheira Veridiana
9 compartilhou angústia como docente do ensino fundamental
10 público, preocupada que a retirada da exigência do fundamental
11 possa prejudicar o aluno que estudou *integralmente* em escola
12 pública, que concorreria em desvantagem com quem teve
13 oportunidades no ensino privado para o fundamental. Conselheiro
14 Ayoub falou que está preocupado com a "pressa" na discussão de
15 uma resolução tão recente (2024); solicitou que os dados
16 apresentados oralmente pela Reitora e Professora Ângela
17 estivessem formalmente no processo. Sugeriu que, além da
18 comunicação do vestibular, a universidade invista na divulgação da
19 perspectiva profissional dos cursos e na moradia estudantil (mais
20 vagas poderiam atrair e reter estudantes); questionou se seria
21 possível criar um parágrafo específico para alunos do EJA,
22 desobrigando-os da comprovação do ensino fundamental.
23 Declarou-se favorável à resolução se a votação ocorresse hoje,
24 mas reiterou o desejo de prorrogação do debate. A Reitora, profa.
25 Marta, explicou que excepcionalidades para EJA ou Aprova Paraná
26 poderiam gerar "variação da variação", complicando a estabilidade
27 da resolução. Reforçou que, se o conselho não deliberasse hoje, o
28 vestibular de 2025 seguiria o regramento atual, e a mudança valeria
29 apenas para o próximo vestibular. Conselheiro Alan argumentou
30 que a flexibilização não resolveria o problema da falta de
31 preenchimento de vagas em muitos cursos, pois a oferta de vagas
32 excede o número de candidatos, independentemente da cota.
33 Expressou frustração com a falta de dados concretos para
34 sustentar a decisão. Conselheira Edméia apoiou a flexibilização,
35 argumentando que ela não interfere nas cotas, apenas abre mais
36 possibilidades em um momento em que o ensino superior é menos
37 atraente. Concordou que a UEL é referência e pode fazer suas
38 próprias regras. Conselheiro Edmilson questionou a
39 representatividade se os conselheiros não tivessem tempo para
40 discutir com suas bases; informou que seu Conselho de Centro
41 (CECA) pediu aprofundamento do debate. Discutiu o histórico das
42 cotas na UEL, que visava incluir aqueles que *exclusivamente*

1 estudaram em escolas públicas, e que a mudança enviaria uma
2 mensagem errada à comunidade, desconsiderando o percurso
3 integral na escola pública. Considera que "não é o momento" de
4 enfraquecer os critérios da escola pública, dada a atual conjuntura
5 social. Conselheiro Bruno, representante da APP-sindicato,
6 solicitou pedido de vistas do processo, argumentando que a
7 discussão não estava suficientemente lúcida, especialmente devido
8 à questão dos dados e à seriedade da responsabilidade em relação
9 ao princípio das cotas. Reitora profa. Marta acatou o pedido de
10 vistas, disse que o processo não será votado; explicou que o
11 processo será instruído com as vistas pedidas por 72 horas (regime
12 regular), informou que, se mantido esse prazo, uma nova reunião
13 extraordinária seria necessária, mas ela não estaria presente em 23
14 de maio; considerou a possibilidade de mover a discussão para a
15 reunião ordinária de 6 de junho, o que romperia com o
16 ordenamento regimental, mas permitiria mais tempo e o vestibular
17 ocorrerá sob o regimento atual, sem alterações, pois não haveria
18 tempo hábil para a mudança ser implementada para este ano; falou
19 que as informações e dados apresentados oralmente pela COPS e
20 Professora Ângela serão reunidos e encaminhados aos
21 conselheiros, embora não sejam formalmente parte da vista do
22 processo original. Os conselheiros poderão apresentar suas
23 indicações e solicitações de dados adicionais na própria
24 manifestação da vista. Após o pedido de vistas a conselheira Laura
25 manteve sua manifestação, reiterando que a adição de poucos
26 estudantes já faria diferença para cursos de baixa procura.
27 Defendeu a proposta como uma abertura, não retirada de direitos,
28 especialmente para o EJA. Conselheiro Miguel manteve sua
29 posição favorável, mas reconheceu as dúvidas e a importância do
30 pedido de vistas para amadurecimento da discussão. Conselheiro
31 Eliel reafirmou o caráter democrático do conselho e apoiou o
32 pedido de vistas para uma decisão mais coletiva. Conselheiro Eddy
33 questionou se seria possível uma regra mais nuançada, aplicando a
34 flexibilização apenas para cursos com baixa relação candidato/vaga
35 (ex: menor que 10) e mantendo a exigência completa para cursos
36 de alta concorrência. A reitora, profa. Marta, considerou a ideia do
37 conselheiro Eddy legalmente possível, mas "muito complicada" e
38 que criaria uma "variação da variação", prejudicando a estabilidade
39 da resolução e que a gestão defende a inclusão. Conselheira
40 Eloísa disse estar preocupada com a exclusão de candidatos que
41 estudaram *exclusivamente* em escolas públicas nos cursos
42 concorridos, caso a exigência do fundamental fosse retirada;

1 sugeriu um estudo específico para os cursos altamente
2 concorridos; comparou a situação com a recente alteração do
3 vestibular (duas etapas para cursos mais concorridos, uma para os
4 menos). Reitora profa. Marta destacou que as decisões sobre o
5 vestibular (como as etapas de prova) são tomadas por órgãos
6 regimentais competentes (COPESE e CEPE), após amplos
7 debates, e suas deliberações orientam as políticas institucionais e
8 que uma única etapa para todos os cursos foi debatida e pode ser
9 uma futura consideração. Conselheira Lucienne, falou de um curso
10 do seu centro, curso (Medicina) sem evasão ou vagas
11 remanescentes. Perguntou se seria possível um parágrafo
12 específico para alunos do EJA, permitindo-lhes comprovar o ensino
13 público com o certificado de supletivo. Expressou desculpas por
14 subestimar a complexidade do tema anteriormente. Argumentou
15 que, para cursos de alta concorrência, manter a exigência de 7
16 anos de ensino fundamental em escola pública é uma forma de
17 *manter a inclusão* para aqueles com trajetória integralmente
18 pública, evitando desvantagem para quem teve acesso a ensino
19 privado prévio. A reitora, profa. Marta salientou que dada a
20 solicitação de vistas, propôs que a discussão da matéria fosse
21 retomada na reunião ordinária de 6 de junho; e as informações
22 apresentadas durante a reunião serão reunidas e encaminhadas
23 aos conselheiros; a vista do processo se dará sobre o documento
24 original, e os conselheiros podem usar a manifestação da vista para
25 solicitar dados adicionais e o Vestibular 2025 manterá o
26 regramento atual. Nada mais havendo a tratar, a Reitora encerrou a
27 reunião, e eu, Sirlei Mariano Ferreira, Secretária “ad-hoc”, lavrei esta
28 ata, que assino juntamente com os membros do Conselho presentes à
29 reunião.

30

31

32

33 Marta Regina Gimenez Favaro _____
34 Reitora

35

36 Zilda Aparecida F. De Andrade _____
37 Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Sociedade

38

39 Maria Elisa W. Cestari _____
40 Pró-Reitora de Graduação em exercício

41

42

Diretores de Centros de Estudos

Joao Antônio Zequi

Diretor do Centro Ciências Biológicas

Orlando Mendes Fogaça Junior

Diretor do Centro de Educação Física e Esportes

Laura Taddei Brandini

Diretora do Centro de Letras e Ciências Humanas

Inês Cristina de Batista Fonseca

Diretora do Centro de Ciências Agrárias

Miguel Belinati Piccirillo

Diretor do Centro de Estudos Sociais Aplicados

Eloísa Ramos R. Rodrigues

Diretora do Centro de Tecnologia e Urbanismo

Edmilson Lenardão

Diretor do Centro de Educação, Comunicação e Artes

Alan Salvany Felinto

Diretor do Centro de Ciências Exatas

Andréa Name Colado Simão

Diretora do Centro de Ciências da Saúde

Representantes do CEPE

Ângela P. Teixeira Victória Palma

Representante da Câmara de Pós-Graduação

Paulo Marcelo Ferrarese Pegino

Representante da Câmara de Pós-Graduação

1 Ayoub Hanna Ayoub _____
2 Representante da Câmara de Graduação

3
4 Marcela Zanetti Corazza
5 Representante da Câmara de Pesquisa

6
7 Eddy Krueger _____
8 Representante da Câmara de Pesquisa

9
10 Edméia Aparecida Ribeiro _____
11 Representante da Câmara de Extensão, Cultura e Sociedade

12

13

14

15

16

17

18

19 *Representantes de cada Centro não vinculado à Instância*
20 *Administrativa*

21

22 Lucienne Tibery Q. Cardoso _____
23 Representante do CCS

24

25 Carla Delgado de Souza
26 Representante do CLCH

27

28 Ruberlei Gaiano _____
29 Representante do CTU

30

31 Marcio Antônio Jorge da Silva
32 Representante do CCE

33

34 Marcia Marques Dib
35 Representante do CEFE

36

37

38 *Representantes das Categorias Docentes*

39

40 Miguel Etinger de Araujo _____
41 Representante dos professores Associados

42

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34

Representantes dos Discentes

Gabriel Veríssimo dos Santos _____
Representante da Graduação do CLCH

Representantes dos Servidores Técnicos Administrativos

André Capobianco _____
Representante dos Servidores Técnicos Administrativos

Ivan Jorge Alves _____
Representante dos Servidores Técnicos Administrativos

Joabe Vieira da Costa _____
Representante dos Servidores Técnicos Administrativos

Representantes Externos

Eliel Joaquim dos Santos _____
Representante das Classes Trabalhadoras-SINDPREVS

Bruno César Garcia _____
Representante das Classes Trabalhadoras – APP Sindicato Londrina

Luciana Toshie Sumigawa _____
Representante das Classes Trabalhadoras - APP Sindicato Londrina